



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2020

Altera a Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, para prever a obrigação de elaboração de lista de passageiros e de itinerário da embarcação.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

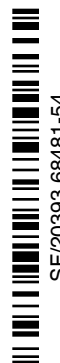
**Art. 1º** O art. 8 da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos:

“**Art. 8.**.....

.....  
VI - elaborar e manter itinerário completo do trajeto da embarcação, a ser disponibilizado obrigatoriamente às autoridades responsáveis pela fiscalização;

VII - elaborar e manter lista de passageiros em cada itinerário operado pela embarcação, contendo nome completo, documento de identificação civil e contato de emergência, a ser disponibilizado obrigatoriamente às autoridades responsáveis pela fiscalização antes da saída do porto ou de qualquer outro ponto no trajeto.  
.....” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



SF/20393.68481-54

## JUSTIFICAÇÃO

No dia 28/02/2020, fomos infelizmente bombardeados com a triste notícia<sup>1</sup> de que um naufrágio ocorrera no meu querido Amapá. Já se contam 22 mortes, além de haver mais pessoas desaparecidas. O caso, contudo, não é isolado. A imprensa<sup>2</sup> noticia que, entre 2000 e 2015, 1.327 pessoas morreram no Brasil em acidentes com embarcações, sendo a maioria nas regiões Norte e Nordeste.

Embora esses óbitos sejam espantosamente frequentes, não se vê uma obrigação para que seja mantida uma lista de passageiros ou o itinerário dos trajetos da embarcação.

Com efeito, sabe-se que em situações tais a falta de identificação dos trechos a serem percorridos pela embarcação e a quantidade exata de passageiros, com sua devida qualificação, dificultam em muito as operações de resgate ou de recuperação dos restos mortais.

A falta de qualquer tipo de identificação do trajeto também impede a verificação da devida autorização para transporte naquele trecho, que, conforme recentemente apontado pela Antaq, foi o caso no naufrágio da embarcação Anna Karoline III.<sup>3</sup>

Não podemos permitir tamanho lapso na legislação. Fizemos questão de inserir tais obrigações como atribuição do comandante da embarcação, que, como o próprio art. 9 da Lei nº 9.537/1997 define, é a autoridade máxima dentro da embarcação. Além disso, tal atribuição impede que se alegue qualquer vício de iniciativa, nos termos do art. 61, §1º, II, da Constituição.

Contamos com a aprovação dos pares para que tal projeto seja transformado em lei.

Sala das Sessões,

---

<sup>1</sup> GLOBO. Buscas por vítimas de naufrágio no Sul do Amapá entram no 4º dia de operação. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2020/03/03/buscas-por-vitimas-de-naufregio-no-sul-do-amapa-entram-no-4o-dia-de-operacao.ghtml>>. Acesso em 03.03.2020.

<sup>2</sup> EL PAÍS. Os dois naufrágios que expõem a precariedade do transporte náutico no Brasil. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/24/actualidad/1503587436\\_664494.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/24/actualidad/1503587436_664494.html)>. Acesso em 03.03.2020.

<sup>3</sup> GLOBO. Navio que naufragou no AP não tinha autorização para operar no trecho do acidente, diz Antaq. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2020/03/03/navio-que-naufregou-no-ap-nao-tinha-autorizacao-para-operar-no-trecho-do-acidente-diz-antag.ghtml>>. Acesso em 04.03.2020.

Senador RANDOLFE RODRIGUES

REDE/AP



SF/20393.68481-54